



Construindo
o **futuro juntos.**



RELATÓRIO DE

Administração

CONCESSIONÁRIA TERMINAIS
BLOCO LESTE SPE S.A.

Exercício Social 2025

Destaques Operacionais e Financeiros

As informações apresentadas neste documento correspondem aos resultados da Concessionária Terminais Bloco Leste SPE S.A. (“Companhia”), relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

A Concessionária Terminais Bloco Leste SPE S.A. (“**Companhia**”), é uma Sociedade de Propósito Específico, constituída com a finalidade de executar o Contrato de Parceria Público Privada (PPP) na modalidade de concessão administrativa, para administração, manutenção, conservação, exploração comercial e requalificação dos terminais de ônibus vinculados ao sistema de transporte coletivo urbano de passageiros do Município de São Paulo, em parceria com a Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito.

A Companhia foi constituída em 03 de abril de 2025, sob a forma de sociedade por ações, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 1017, 8º andar.

O capital social é composto pela **CS Infra S.A.**, detentora de 51% ações subscritas, e pela **Terra Transportes e Participações S.A** detentora de 49% das ações subscritas.

Em 11 de junho de 2025, a companhia celebrou o Contrato de Concessão 005/SMT/2025, autorizado pelo Despacho SEI nº 123040633, datado de 04 de abril de 2025, em conformidade com o Edital da Concorrência nº 01/2020/SGM-SMT.

A execução do contrato teve início às 00h00 do dia 13 de setembro de 2025, com prazo de vigência de 30 (trinta) anos, e valor contratual global de R\$ 2.933.089.920,00 (dois bilhões, novecentos e trinta e três milhões, oitenta e nove mil, novecentos e vinte reais). Considerando que o início das operações ocorreu em 2025, os dados apresentados neste relatório não são comparáveis à exercícios sociais anteriores.

O contrato de concessão prevê a realização de obras de requalificação e acessibilidade dos Terminais e Estações do Expresso Tiradentes. Para financiar as obras, a Companhia está em fase de captação de recursos junto ao BNDES. A previsão de contratação da operação financeira é o primeiro trimestre de 2026. O valor estimado do investimento é de R\$ 120 milhões. A linha de financiamento pleiteada é Pró-Transporte: Projetos de investimento em mobilidade urbana. Em 2025 a Companhia não apresentou endividamento.



Mensagem da Administração

A Concessionária Terminais Bloco Leste SPE S.A. inicia sua trajetória com o compromisso de transformar a mobilidade urbana na Zona Leste da cidade de São Paulo, inaugurando um ciclo de 30 anos de operação. Este marco representa o ponto de partida para a construção de uma operação sólida, resiliente e sustentável, preparada para atender às demandas crescentes da população ao longo das próximas décadas.

Os primeiros meses de operação foram dedicados à estruturação de processos, consolidação da governança e alinhamento operacional das equipes, com suporte da SPTrans durante o período de operação assistida.

Paralelamente, avançamos na consolidação das receitas contratuais e acessórias, fundamentais para assegurar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão ao longo de sua vigência. A Companhia conta com a receita proveniente da contraprestação contratual, essencial para a manutenção dos serviços e cumprimento das obrigações assumidas. Adicionalmente, avançamos na estruturação das receitas acessórias, incluindo a locação das Áreas Brutas Locáveis (ABL) e a implantação de equipamentos de mídia eletrônica, ampliando a diversificação das fontes de receita.

A partir de 2026, terão início as obras de requalificação e acessibilidade dos Terminais e Estações do Expresso Tiradentes, com previsão de conclusão em 2027. A execução simultânea da operação e das obras exigirá planejamento minucioso, diálogo permanente e atuação responsável, de forma a assegurar a continuidade e qualidade dos serviços prestados.

As intervenções contemplam, entre outras ações:

- certificação de acessibilidade e modernização das instalações;
- implantação e ampliação de bicicletários;
- renovação de mobiliário urbano;
- atualização tecnológica e dos sistemas de informação ao usuário;
- implantação de novos Centros de Operação, em todos os terminais;
- criação de ambientes mais confortáveis, eficientes e seguros.

Os investimentos necessários para essas melhorias estão em fase de contratação, com previsão de conclusão no primeiro trimestre de 2026, totalizando aproximadamente R\$ 120 milhões. No exercício de 2025, a Companhia não apresentou endividamento, reforçando sua solidez financeira inicial.

Em 2025, aproximadamente 300 mil usuários utilizaram diariamente os Terminais e Estações do Expresso Tiradentes. Nosso compromisso é entregar infraestrutura requalificada, acessível e preparada para atender às demandas futuras da população.

A qualidade na prestação de um serviço público essencial é o eixo central da atuação da Companhia, orientada pelos princípios de responsabilidade, transparência melhoria contínua da experiência do usuário.



A Concessionária Terminais Bloco Leste SPE S.A inicia sua trajetória com senso de propósito, disciplina operacional e visão de longo prazo, ciente da relevância social dos serviços prestados e comprometida com a geração contínua de valor ao poder concedente, aos usuários e aos acionistas.

A Administração agradece aos colaboradores, parceiros institucionais e órgãos públicos envolvidos nesta etapa inicial, reiterando o compromisso, planejamento e respeito à população que confia diariamente na qualidade de nossos serviços.

Fernando Antônio Quintas Alves Filho

Diretor Presidente



Principais destaques financeiros:

Valores em milhares R\$	31/12/2025
Receita de serviço	23.033
Receita de construção	3.135
Receita bruta	26.168
(-) Deduções da receita	(2.099)
(=) Receita líquida	24.069
(=) Receita líquida de serviço	23.033
(-) Custos totais	(15.197)
Custo de serviços	(12.061)
Custo de construção	(3.136)
(=) Lucro bruto	8.872
<i>Margem bruta de serviço</i>	42,38%
(-) Despesas operacionais	(3.296)
Despesas administrativas e comerciais	(3.296)
EBIT	5.576
<i>Margem EBIT s/ receita líquida de serviços</i>	26,60%
(+) Resultado Financeiro	660
Receitas Financeiras	702
Despesa Financeiras	(42)
(=) Resultado antes dos impostos	6.236
Impostos e contribuições sobre o lucro	2.110
(=) Lucro do período	4.126
<i>Margem Líquida de serviço</i>	19,70%

1. Desempenho Operacional e Financeiro

A receita líquida de prestação de serviços e de construção totalizou R\$ 24.069 mil no exercício, refletindo o reconhecimento da contraprestação contratual a partir da emissão da ordem de serviço. O valor mensal reconhecido foi de R\$ 6.273 mil, equivalente a 77% da contraprestação máxima prevista contratualmente. A integralidade da contraprestação mensal, no montante de R\$ 8.147 mil, será elegível ao reconhecimento somente após a conclusão das obras e emissão do respectivo aceite pelo poder concedente.

Além da contraprestação, a Companhia reconheceu receitas acessórias, compostas por:

- Receita de locação de Áreas Brutas Locáveis (ABL): R\$ 2.357 mil;
- Receita de outorga de mídia eletrônica: R\$ 500 mil.

Foi também reconhecida receita de construção no montante de R\$ 3.135 mil, correspondente aos investimentos incorridos, em conformidade com o o pronunciamento técnico OCPC 05 – Contratos de Concessão.

Os custos dos serviços prestados e de construção totalizaram R\$ 15.196 mil, refletindo o início das operações, a mobilização operacional e os estudos preliminares necessários ao desenvolvimento dos projetos de requalificação.

As despesas administrativas e comerciais atingiram R\$ 3.278 mil, em linha com a fase de estruturação inicial da operação e implantação dos processos de governança, gestão e suporte corporativo.

A receita financeira de R\$ 669 mil decorre dos rendimentos das aplicações de caixa em instrumentos de liquidez diária de baixo risco, com rentabilidade média equivalente a 100% do CDI. O saldo aplicado é composto por recursos oriundos dos aportes de capital realizados pelos acionistas, bem como pela geração própria de caixa da operação, resultante da otimização do OPEX ao longo do período e da implantação das receitas acessórias. Essa combinação permitiu superar os níveis de liquidez inicialmente projetados, assegurando eficiência financeira e sustentabilidade durante a fase inaugural da concessão.

2. Investimentos (CAPEX)

Em 2025, a Companhia realizou investimentos (CAPEX) de R\$ 3.135 mil, destinados predominantemente a:

- (i) Despesas pré-operacionais relacionadas ao Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), no valor de R\$ 2.577 mil necessárias à obtenção da concessão; e
- (ii) À contratação de projetos, estudos técnicos e consultorias especializadas.

3. Auditoria Independente

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram auditadas pela PwC – PricewaterhouseCoopers, empresa responsável pela condução da auditoria independente, assegurando conformidade com as práticas contábeis aplicáveis e transparência das informações apresentadas.



4. Declaração da Diretoria

Em atendimento às disposições constantes da Instrução CVM nº 80/2022, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras individuais relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Diretoria Executiva

**Fernando Antônio Quintas Alves
Filho**

Diretor Presidente

Rodrigo Pinheiro Andrade

Diretor Administrativo Financeiro





Concessionária Terminais Bloco Leste SPE S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Concessionária Terminais Bloco Leste SPE S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Terminais Bloco Leste SPE S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Concessionária Terminais Bloco Leste SPE S.A.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



Concessionária Terminais Bloco Leste SPE S.A.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 27 de março de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027083/F-3

Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes
Contadora CRC 1SP222241/O-0

Índice

Balanço patrimonial.....	2
Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente.....	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	5
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto	6
Notas explicativas à Demonstração financeira	7

Concessionária Terminais Bloco Leste SPE S.A.

Balanço Patrimonial

Período de 03 de abril a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)



Ativo Circulante	Nota	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	6	12.378
Contas a receber	7	6.351
Adiantamentos a terceiros	9	434
Despesas antecipadas	10	253
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8	409
Parte relacionada	15	38
Total do ativo circulante		19.863
 Ativo Não Circulante		
Contas a receber	7	558
		558
 Imobilizado	11	529
Intangível	12	392
Total do ativo permanente		921
Total do ativo		21.342

Passivo Circulante	Nota	31/12/2025
Fornecedores	13	2.776
Obrigações sociais e trabalhistas	14	1.257
Tributos a recolher	16	896
Imposto de renda e contribuição social a recolher		2.110
Outras Contas a pagar	15	108
Dividendos a pagar	18	39
Total do passivo circulante		7.186
 Patrimônio líquido		
Capital Social	18	10.069
Reserva legal	18	207
Lucros acumulados	18	3.881
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		14.156
 Total do patrimônio líquido		14.156
Total do passivo e patrimônio líquido		21.342

Concessionária Terminais Bloco Leste SPE S.A.

Demonstração do Resultado

Período de 03 de abril a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025
Receita líquida de prestação de serviços e construção		24.069
Custo de prestação de serviços	18	(12.061)
Custo de construção	18	(3.136)
Lucro bruto		8.872
Despesas administrativas	19	(2.987)
Despesas comerciais	19	(45)
Outras receitas despesas operacionais, líquidas	19	(264)
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras		5.576
Receitas financeiras	20	702
Despesas financeiras	20	(42)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		6.236
Imposto de renda e contribuição social - corrente	16	(2.110)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	16	-
Lucro líquido do exercício		4.126

Concessionária Terminais Bloco Leste SPE S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente

Período de 03 de abril a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)



Resultado líquido do exercício

Outros resultados abrangentes

Resultado abrangente do exercício

**03 de abril a 31 de
dezembro de 2025**

4.126

-

4.126

Concessionária Terminais Bloco Leste SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de 03 de abril a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)



	Nota	Capital social	Reserva de Lucros	Reserva Legal	Lucro líquido do período	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 03 de abril de 2025		-	-	-	-	-
Total resultados do exercício, líquido de impostos		-	-	-	-	-
Subscrição de capital	17	20.138	-	-	-	20.138
(-) Capital social à integralizar	17	(10.069)	-	-	-	(10.069)
Lucro / Prejuízo do exercício	17	-	-	-	4.126	4.126
Reserva Legal	17	-	-	206	(206)	-
Reserva de Lucros	17	-	3.881	-	(3.881)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17	-	-	-	(39)	(39)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		10.069	3.881	206	-	14.155

Concessionária Terminais Bloco Leste SPE S.A.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto

Período de 03 de abril a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)



	Notas	03 de abril a 31 de dezembro de 2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		6.236
Ajuste para conciliar o lucro do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	11 e 12	18
		6.254
Variação dos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	7	(6.909)
Despesa antecipadas	10	(253)
Tributos a recuperar	8	(409)
Fornecedores	13	2.776
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e recuperar		2.155
Adiantamento a Terceiros	9	(434)
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes		69
		(3.006)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades operacionais		3.248
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições ao ativo imobilizado	11	(547)
Adições ao ativo intangível	12	(392)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(939)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de Capital		10.069
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		10.069
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		12.378
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	6	-
No final do período	6	12.378
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		12.378

Concessionária Terminais Bloco Leste SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Período de 03 de abril a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)



1. Informações gerais

A Concessionária Terminais Bloco Leste SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída sob a forma de Sociedade de Propósito Específico (SPE), regida pela Lei nº 6.404/76 e demais disposições legais aplicáveis.

A Companhia foi constituída em 03 de abril de 2025. A Companhia tem sede e foro no Município de São Paulo, Estado de São Paulo. O prazo de duração da Companhia é determinado e necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com o Poder Concedente.

A Companhia tem por objeto social único e exclusivo a exploração da concessão administrativa para administração, manutenção, conservação, exploração comercial e requalificação dos terminais vinculados ao sistema de transporte coletivo urbano de passageiros do Município de São Paulo, na forma do Contrato de Concessão celebrado com o Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito – SMT.

O objeto compreende, dentre outras atividades:

- Administração e operação dos terminais;
- Execução das obras de requalificação e modernização previstas contratualmente;
- Conservação e manutenção das instalações;
- Exploração comercial das áreas internas e externas;
- Gestão de receitas acessórias;
- Atendimento aos padrões de desempenho estabelecidos contratualmente.
- Integram ainda o objeto social as atividades correlatas e complementares necessárias à execução do Contrato de Concessão.

2. Contrato de concessão

2.1 Identificação do Contrato

Em 11 de junho de 2025, a Companhia celebrou o Contrato de Concessão nº 005/SMT/2025, autorizado pelo Despacho SEI nº 123040633, datado de 04 de abril de 2025, em conformidade com o Edital da Concorrência nº 01/2020/SGM-SMT.

O Poder Concedente é o Município de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito – SMT, a vigência do contrato teve início às 00h00 do dia 13 de setembro de 2025, com prazo total de 30 (trinta) anos e o valor contratual global estimado é de R\$ 2.933.089.

2.2 Objeto da Concessão

O objeto da concessão consiste na administração, manutenção, conservação, exploração comercial e requalificação dos Terminais e Estações do Expresso Tiradentes vinculados ao sistema municipal de transporte coletivo urbano de passageiros.

A concessão compreende:

- Operação dos terminais;
- Execução de obras de requalificação e acessibilidade;
- Implantação de melhorias estruturais;
- Gestão de áreas comerciais (ABL);
- Exploração de mídia eletrônica;
- Implantação de centros de operação;
- Modernização tecnológica e infraestrutura de atendimento ao usuário.

2.3 Modelo de Remuneração

A remuneração da Companhia é composta por contraprestação pública, paga pelo Poder Concedente, bem como por receitas acessórias decorrentes da exploração comercial dos terminais e de seus empreendimentos associados, conforme previsto no contrato de concessão.

As receitas acessórias compreendem a utilização de espaços e a exploração de atividades econômicas nos terminais, diretamente pela Companhia ou por meio da contratação de terceiros, incluindo, entre outras, receitas com locação de áreas, publicidade e outras formas de exploração comercial.

Concessionária Terminais Bloco Leste SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Período de 03 de abril a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)



A contraprestação contratual está sujeita a mecanismos de avaliação de desempenho e critérios de elegibilidade definidos contratualmente.

O contrato prevê mecanismos de preservação do equilíbrio econômico-financeiro, inclusive revisões e reequilíbrios em caso de eventos supervenientes.

2.4 Investimentos Obrigatórios

O contrato prevê a realização de investimentos estimados em aproximadamente R\$ 120 milhões, destinados à requalificação e acessibilidade dos terminais e estações.

Os investimentos serão executados conforme cronograma contratual, com previsão de início em 2026 e conclusão estimada em 2027.

2.5 Bens Reversíveis

Os bens vinculados à concessão são considerados bens reversíveis e serão transferidos ao Poder Concedente ao término do prazo contratual, conforme previsto no contrato de concessão.

2.6 Penalidades e Riscos

O contrato estabelece hipóteses de:

- Aplicação de multas;
- Intervenção administrativa;
- Declaração de caducidade;
- Rescisão por interesse público;
- Extinção antecipada.

A Administração mantém monitoramento permanente das obrigações contratuais e dos indicadores de desempenho, visando mitigar riscos regulatórios e preservar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

3. Base de preparação e apresentação da demonstração financeira e práticas contábeis materiais

3.1 Declaração de conformidade (com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis – “CPC”)

As demonstrações financeiras da Concessionária Terminais Bloco Leste SPE S.A. (“Companhia”) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como os pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 27 de março de 2026.

Todas as informações relevantes próprias da Demonstração financeira, e somente ela, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros, como aplicações financeiras, que são mensurados ao valor justo por meio do resultado, quando aplicável.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e premissas contábeis críticas, bem como o exercício de julgamento por parte da Administração na aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que envolvem maior grau de julgamento estão relacionadas, principalmente, ao reconhecimento da receita de concessão, tributos diferidos e avaliação de recuperabilidade de ativos.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (“R\$”), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, determinada com base no ambiente econômico principal no qual a Companhia opera.

Os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras são mensuradas ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, conforme aplicável, sendo os rendimentos reconhecidos no resultado do exercício.

3.6 Contas a receber

As contas a receber referem-se substancialmente à contraprestação pública contratual e às receitas acessórias.

São registradas inicialmente pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzidas de provisão para perdas esperadas de crédito, quando aplicável.

Administração avalia periodicamente o risco de crédito associado aos valores a receber.

3.7 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas por redução ao valor recuperável.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos bens.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros decorrentes de seu uso ou alienação. Eventual ganho ou perda na baixa é reconhecido no resultado do exercício.

O valor residual, a vida útil e os métodos de depreciação são revisados ao final de cada exercício social e ajustados prospectivamente, quando necessário.

Também integram o imobilizado, equipamentos e peças destinadas às obras de ampliação armazenadas em almoxarifado, mensuradas ao custo médio de aquisição, não excedendo ao valor realizável líquido. O custo inclui aquisição, transporte e armazenagem.

3.8 Intangível

Refere-se, substancialmente, ao direito de exploração da concessão e aos ativos relacionados à infraestrutura da concessão, classificados como ativo intangível.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são inicialmente mensurados ao custo e, posteriormente, apresentados líquidos de amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização é reconhecida de forma sistemática ao longo do prazo da concessão ou da vida útil estimada do ativo.

3.9 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido ("IRPJ e CSLL")

O imposto de renda e a contribuição social compreendem os tributos correntes e diferidos, reconhecidos no resultado do exercício.

O imposto corrente é calculado com base na legislação vigente na data do balanço. A Administração avalia periodicamente as posições fiscais assumidas pela Companhia, reconhecendo provisões quando aplicável.

Os tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

Ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis são reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser utilizados.

As alíquotas aplicáveis são:

- IRPJ: 15%, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$ 240 mil ao ano;
- CSLL: 9%.

Concessionária Terminais Bloco Leste SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Período de 03 de abril a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)



No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu despesa de IRPJ e CSLL no montante de R\$ 2.110, refletindo principalmente efeitos temporários relacionados à contabilização da receita e custo de construção.

3.10 Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando:

- existe obrigação presente (legal ou não formalizada),
- seja provável a saída de recursos,
- e o valor possa ser estimado com confiabilidade.

Reembolsos são reconhecidos como ativo separado quando for praticamente certo que serão recebidos.

3.11 Partes relacionadas

São consideradas partes relacionadas os acionistas, administradores e demais entidades sob controle comum. As transações são realizadas em condições usuais de mercado.

3.12 Contratos de concessão

A Companhia é parte de contrato de concessão administrativa para administração, manutenção, conservação, exploração comercial e requalificação dos terminais vinculados ao sistema de transporte coletivo urbano de passageiros do Município de São Paulo.

Nos termos da ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, a contraprestação pelos serviços de construção, melhoria e operação é reconhecida conforme o modelo bifurcado.

Nesse modelo, os direitos da concessionária decorrentes da execução do contrato de concessão são reconhecidos em duas categorias:

- 88,35% classificados como ativo financeiro, representando o direito contratual de receber caixa do Poder Concedente, decorrente da contraprestação pública prevista contratualmente;
- 11,65% classificados como ativo intangível, representando o direito de explorar economicamente a infraestrutura concedida, inclusive por meio da cobrança de receitas acessórias e exploração comercial dos terminais.

A mensuração inicial desses ativos é realizada com base no valor justo dos serviços de construção prestados, conforme estabelecido nas normas contábeis aplicáveis.

A Administração revisa periodicamente as premissas utilizadas na mensuração desses ativos, considerando as projeções econômico-financeiras do contrato de concessão e as estimativas de fluxo de caixa associadas à contraprestação pública e às receitas acessórias.

Receita e custo de construção

Durante a fase de ampliação da infraestrutura, a Companhia reconhece receita de construção ao longo do tempo, com base no custo incorrido na execução das obras.

Conforme prática usual no setor de concessões, a margem associada à atividade de construção é considerada nula ou imaterial, uma vez que a Companhia não auferir retorno econômico relevante na fase de construção, sendo sua rentabilidade gerada predominantemente durante a fase operacional da concessão.

Assim, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a receita de construção reconhecida foi compensada pelos respectivos custos de construção, não gerando impacto líquido relevante no resultado.

3.13 Reconhecimento de receitas

A receita da Companhia decorre da execução do contrato de concessão rodoviária, que compreende a operação, manutenção e conservação da infraestrutura, bem como a realização de investimentos previstos contratualmente.

Nos termos do CPC 47 (IFRS 15) e da ICPC 01 (R1) / IFRIC 12, a receita é reconhecida na medida em que as obrigações de desempenho são satisfeitas, refletindo a transferência de controle dos serviços ao poder concedente.

As receitas da Companhia compreendem:

a) Receita de prestação de serviços

Refere-se à remuneração pela operação da infraestrutura concedida.

A receita é reconhecida ao longo do tempo, à medida que os serviços são efetivamente prestados aos usuários, considerando que os benefícios são consumidos simultaneamente à prestação dos serviços.

Os valores são reconhecidos com base nas tarifas estabelecidas contratualmente ou regulamentariamente, líquidos de tributos incidentes.

b) Receita de construção

A receita de construção é reconhecida ao longo do tempo com base na evolução físico-financeira das obras.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a receita de construção foi reconhecida em montante equivalente aos custos incorridos, não gerando margem operacional na fase de construção.

3.14 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes, aplicações financeiras, contas a receber, partes relacionadas e fornecedores, .

São inicialmente reconhecidos ao valor justo acrescido dos custos de transação (exceto quando classificados ao valor justo por meio do resultado).

Classificação subsequente:

- Custo amortizado: quando mantidos para recebimento de fluxos contratuais de principal e juros .
- Valor justo por meio do resultado (VJR): quando não atendem aos critérios de custo amortizado ou quando designados nessa categoria.

Reclassificações ocorrem apenas quando há mudança no modelo de negócios.

Compensação é realizada somente quando houver direito legalmente executável e intenção de liquidação líquida.

3.15 Redução ao valor recuperável (“impairment”) de ativos

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas.

Os ativos não financeiros são revisados anualmente para identificar indícios de perda por redução ao valor recuperável. Caso identificados, o valor recuperável é estimado como o maior entre valor em uso e valor justo líquido de despesas de venda.

4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração exerceu julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Essas estimativas e premissas são baseadas na melhor avaliação da Administração, considerando experiências passadas, expectativas futuras e outras circunstâncias consideradas relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente, conforme aplicável.

As principais áreas que envolveram julgamentos significativos estão descritas a seguir:

a) Contabilização do contrato de concessão

A contabilização do contrato de concessão é realizada de acordo com a interpretação técnica ICPC 01.

A aplicação dessa interpretação requer julgamentos relevantes por parte da Administração, principalmente quanto a:

- Avaliação do controle exercido pelo poder concedente sobre os serviços prestados;
- Determinação da natureza da contraprestação recebida (ativo intangível ou ativo financeiro);
- Classificação dos investimentos em infraestrutura;
- Identificação das obrigações de desempenho relacionadas à construção e operação.

Na data-base, a alocação da contraprestação contratual corresponde a 88,35% registrada como ativo financeiro e 11,65% como ativo intangível, conforme metodologia definida com base nas premissas econômico-financeiras do contrato.

A Administração também exerce julgamento relevante na mensuração da receita de construção, reconhecida nos termos do CPC 47 (IFRS 15), considerando que tais serviços são prestados ao poder concedente. Em linha com a prática do setor, a Companhia entende que a receita de construção não contempla margem relevante, uma vez que a rentabilidade do contrato está refletida na remuneração global da concessão ao longo do seu prazo.

No que se refere à Demonstração dos Fluxos de Caixa, os desembolsos relacionados à execução de obras e melhorias da infraestrutura são classificados como atividades de investimento, em conformidade com o CPC 03 (IAS 7), por representarem aplicação de recursos destinada à geração de benefícios econômicos futuros no âmbito do contrato de concessão.

b) Reconhecimento de ativo intangível

O reconhecimento do ativo intangível exige julgamento quanto ao momento em que os gastos de construção e melhoria passam a atender aos critérios de capitalização estabelecidos no CPC 04 e na ICPC 01.

A Administração avalia:

- A existência de obrigação contratual de construir ou melhorar a infraestrutura;
- O estágio de execução das obras;
- A probabilidade de geração de benefícios econômicos futuros;
- A capacidade de mensuração confiável dos custos incorridos.

O ativo intangível é reconhecido à medida que os serviços de construção são prestados, tendo como contrapartida a receita de construção reconhecida ao longo do tempo.

As adições subsequentes ao ativo intangível somente são reconhecidas quando relacionadas a obras de ampliação ou melhoria da infraestrutura que apresentem potencial de geração de receita adicional ou extensão do prazo contratual. Obrigações futuras previstas contratualmente não são reconhecidas antecipadamente, mas apenas quando da efetiva prestação do serviço de construção.

5 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

5.1 Normas e alterações vigentes a partir de 1º de janeiro de 2025

As seguintes alterações de normas contábeis são aplicáveis para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2025: Alterações no CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: em agosto de 2023 foi adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o CPC 02 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025.

A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

5.2 Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

a) CPC 51/IFRS18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras: essa nova norma substituirá o CPC26/IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos destinados a aprimorar a comparabilidade do desempenho financeiro entre entidades semelhantes e proporcionar informações mais relevantes e transparentes aos usuários das demonstrações financeiras.

A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do CPC 51, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do CPC 51 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do CPC 26.

Concessionária Terminais Bloco Leste SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Período de 03 de abril a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)



No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 e serão reapresentadas de acordo com o CPC 51.

A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia.

b) Alterações aos IFRS 9 e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros” e IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros: Evidenciação” para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a empresas em geral e não apenas a instituições financeiras. As alterações:

- (a) Esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
- (b) Esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de comente pagamento de principal e juros (“SPPI test”), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
- (c) Adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
- (d) Atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”).

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

c) IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: em maio de 2024 o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. A IFRS 19 entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2027.

A Companhia está avaliando os impactos da norma e não espera impactos relevantes.

Não há outras normas contábeis ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Empresa.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025
Caixa	-
Bancos	4
Total de Disponibilidades	4
CDB - Certificado de depósito bancário (i)	12.373
Cotas de Fundo	1
Total de Aplicações financeiras	12.374
Total	12.378

(i) Durante o período findo em 31 de dezembro de 2025 o rendimento médio dos papéis alocados em fundos e aplicações, foi de 13,5% a.a.

Concessionária Terminais Bloco Leste SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Período de 03 de abril a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

**7. Contas a receber**

	31/12/2025
Cientes	72
Contraprestação - Poder Concedente	6.837
Total	6.909
Circulante	6.351
Não circulante	558
Total	6.909

7.1 Aging do Contas a receber

	31/12/2025			
	Contas a receber	Perdas esperadas	% - Aging	Contas a receber líquido
Total a vencer	6.837	-	-	6.837
Vencidos até 30 dias	23	-	-	23
Vencidos de 31 a 90 dias	21	-	-	21
Vencidos de 91 a 180 dias	28	-	-	28
Vencidos de 181 a 365 dias	-	-	-	-
Vencidos acima de 365 dias	-	-	-	-
Total vencidos	72	-	-	72
Total	6.909	-	-	6.909

8. Tributos à recuperar

	31/12/2025
Imposto de renda antecipado	146
Contribuição social antecipada	58
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	205
Total	409
Circulante	409
Total	409

9. Adiantamento a Terceiros

	31/12/2025
Adiantamento a fornecedores (i)	433
Adiantamentos à funcionários	1
Total	434

Concessionária Terminais Bloco Leste SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Período de 03 de abril a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

**10. Despesas antecipadas**

	31/12/2025
Seguros	250
IOF	3
Total	253

11. Imobilizado

A movimentação para o período de 03 de abril a 31 de dezembro de 2025 está demonstrada a seguir:

Custo:	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Total
Em 03 de abril de 2025	-	-	-
Adições	367	180	547
Em 31 de dezembro de 2025	367	180	547
Depreciação acumulada:			
Em 03 de abril de 2025	-	-	-
Despesa de depreciação no período	(18)		(18)
Em 31 de dezembro de 2025	(18)	-	(18)
Saldos líquidos:			
Saldos em 31 de dezembro de 2025	349	180	529
Taxa de depreciação (%)	20%	10%	

12. Intangível

A movimentação para o período de 03 de abril a 31 de dezembro de 2025 está demonstrada a seguir:

Custo:	Contrato de concessão	Intangível em andamento	Total
Em 03 de abril de 2025	-	-	-
Adições	-	392	392
Baixa, transferências e outros	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2025	-	392	392
Amortização acumulada			
Em 03 de abril de 2025	-	-	-
Despesas de amortização no exercício	-	-	-
Em 03 de abril de 2025	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2025	-	-	-
Saldos líquidos:			
Saldos em 31 de dezembro de 2025	-	392	392
Taxa de amortização (%)	-	-	-

Concessionária Terminais Bloco Leste SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Período de 03 de abril a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

**13. Fornecedores**

	31/12/2025
Material de estoque	60
Serviços contratados	2.063
Partes relacionadas (nota 15.1)	18
Outros	635
Total	2.776

14. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31/12/2025
Salários	385
Provisão de férias e 13º salário	348
INSS	461
FGTS	63
Total	1.257

15. Partes Relacionadas**15.1 Saldos com partes relacionadas (ativo e passivo)**

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios da Companhia e referem-se, substancialmente, a operações de compartilhamento de despesas administrativas e operacionais, locação de veículos destinados às atividades operacionais e fornecimento de bens e serviços entre empresas do mesmo grupo econômico.

	Ativo	Passivo	
	Partes relacionadas a receber	Fornecedores	Outras contas à pagar
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
JSL S.A.	-	-	78
Movida Participações	-	-	16
CS Infra	25	18	1
SIMPAR	13	1	13
Total	56	5	73
Circulante	56	5	73
Total	56	5	73

Concessionária Terminais Bloco Leste SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Período de 03 de abril a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)



15.2 Saldos com partes relacionadas (resultado)

	Despesas Administrativas, comerciais e recuperação de despesas
	31/12/2025
Movida Participações	16
JSL	5
SIMPAR	1
Total	21
Circulante	21
Total	21

15.3 Remuneração da administração

	31/12/2025
Remuneração fixa	351
Encargos e benefícios	5
Total	356

16. Tributos a recolher

	31/12/2025
PIS e COFINS	785
ICMS	13
IRRF	74
ISS	24
Total	896
Circulante	896
Não circulante	-
Total	896

17. Patrimônio Líquido

17.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 20.138, dos quais R\$ 10.069 encontram-se integralizados e R\$ 10.069 permanecem a integralizar, representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo que a subscrição do capital foi realizada no exercício, com integralização parcial conforme deliberações societárias aprovadas pelos acionistas.

17.2 Reserva legal

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até atingir o limite de 20% do capital social.

Concessionária Terminais Bloco Leste SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Período de 03 de abril a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)



No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi destinada à reserva legal a importância de R\$ 206, totalizando saldo de R\$ 206 em 31 de dezembro de 2025.

17.3 Reserva de lucros

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta reserva de lucros no montante de R\$ 3.871, constituída com base na destinação do lucro líquido do exercício, conforme aprovação dos acionistas.

17.4 Destinação do resultado

A Companhia apurou lucro líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 4.126, cuja destinação foi realizada da seguinte forma:

- R\$ 206 destinados à reserva legal;
- R\$ 3.881 destinados à reserva de lucros;
- R\$ 39 destinados ao pagamento de dividendos mínimos obrigatórios.

Após as destinações acima, não há saldo de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2025.

17.5 Dividendos

Nos termos do estatuto social e Nos termos do Estatuto Social da Companhia e em conformidade com o disposto na Lei nº 6.404/76, a destinação do lucro líquido do exercício contempla a constituição da reserva legal e a distribuição do dividendo mínimo obrigatório.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou lucro líquido no montante de R\$ 4.126 mil. Após a constituição da reserva legal no valor de R\$ 206 mil, foi reconhecido o dividendo mínimo obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto no Estatuto Social, totalizando R\$ 39 mil.

O referido montante foi reconhecido como dividendos mínimos obrigatórios a pagar, permanecendo registrado no passivo circulante até a data de sua efetiva liquidação.

18. Receita líquida

a) Fluxo de receitas

	31/12/2025
Receita de contraprestação	20.177
Receita de locação	2.357
Receita de espaço para publicidade e propaganda	500
Receita de construção	3.136
Receita bruta	26.169
	31/12/2025
Receita bruta	26.169
Menos:	
PIS	(375)
Cofins	(1.725)
Receita líquida total	24.069

19. Gastos por Natureza

As informações de resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

Concessionária Terminais Bloco Leste SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Período de 03 de abril a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)



	31/12/2025
Pessoal e encargos	5.684
Serviços contratados	6.411
Peças, pneus e manutenções	51
Frete, combustíveis e lubrificantes	18
Infraestrutura, conservação e utilities	2.390
Material de consumo	357
Materiais de construção	3.191
Depreciação e amortização	18
Comunicação, propaganda e publicidade	72
Aluguéis de veículos, máquinas e equipamentos	101
Viagens e estadias	40
Impostos e taxas	353
Créditos de PIS e COFINS sobre insumos	(617)
Outros custos	424
	18.493
Custo de prestações de serviços	(12.061)
Custo de construção	(3.136)
Despesas comerciais	(45)
Despesas administrativas	(2.987)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(264)
	(18.493)

20. Resultado Financeiro

	31/12/2025
Receitas financeiras	
Aplicações financeiras	701
Juros recebidos de clientes	1
Receitas financeiras	702
Despesas financeiras	
Juros e encargos sobre Impostos e transações financeiras	(33)
Outras despesas financeiras	(9)
Despesas financeiras	(42)
Resultado financeiro líquido	660

21. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos**21.1 Instrumentos financeiros por categoria**

Os instrumentos financeiros da Companhia estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis

Concessionária Terminais Bloco Leste SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Período de 03 de abril a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)



	Mensuração do valor justo	31/12/2025		Categoria
		Valor contábil	Valor justo	
<u>Ativos financeiros</u>				
Caixa e equivalentes de caixa		12.378	12.378	Custo amortizado
Contas a receber		6.909	6.909	Custo amortizado
Partes relacionadas		38	38	Custo amortizado
Total		19.325	19.325	
<u>Passivos financeiros</u>				
Fornecedores		2.776	2.776	Custo amortizado
Outras contas a pagar		108	108	Custo amortizado
Dividendos		39	39	Custo amortizado
Total		2.923	2.923	

a. Gerenciamento de riscos financeiros

Os principais passivos financeiros não derivativos da Companhia se referem a fornecedores e outras contas a pagar. O principal propósito desses passivos financeiros é fomentar as operações. A Companhia possui em seu ativo contas a receber, partes relacionadas, outros créditos e depósitos à vista de curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

A Administração supervisiona a gestão desses riscos com o suporte de um Comitê Financeiro da controladora Simpar, que presta assessoria na avaliação dos riscos financeiros de acordo com a estrutura de governança apropriada e recomenda ações ao Conselho de Administração da controladora Simpar para que as atividades que resultem em riscos financeiros da Companhia sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados. A Companhia está exposta ao risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

Compete ao Conselho de Administração da controladora Simpar autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerados, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros, independentemente do mercado em que sejam negociados ou registrados, cujos valores sejam sujeitos a flutuações.

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito, principalmente com relação a contas a receber, depósitos em instituições bancárias, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros mantidos com instituições financeiras.

i. Caixa e equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, amparada pelo seu Comitê Financeiro da controladora Simpar, de acordo com as diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração da controladora Simpar. Os recursos financeiros são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Para fins de avaliação de risco, são utilizadas uma escala local ("Br") ao risco de crédito extraídas de agências de ratings, conforme demonstrado abaixo:

Concessionária Terminais Bloco Leste SPE S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Período de 03 de abril a 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)



Rating em Escala Local "Br"	
Nomenclatura	Qualidade
Br AAA	Prime
Br AA+, AA, AA-	Grau de investimento de elevado
Br A+, A, A-	Grau de investimento médio elevado
Br BBB+, BBB, BBB-	Grau de investimento médio baixo
Br BB+, BB, BB-	Grau de não investimento especulativo
Br B+, B, B-	Grau de não investimento altamente especulativo
Br CCC	Grau de não investimento extremamente especulativo
Br DDD, DD, D	Especulativo
	Grau de não investimento especulativo de Moratória

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da Companhia para caixa, equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras é a seguinte:

	31/12/2025
Valores depositados em conta corrente	4
Br AAA	12.374
Total de aplicações financeiras	12.374
Total de caixa e equivalentes de caixa	12.378

b) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco: risco de taxa de juros e risco de preço que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros.

Os instrumentos financeiros da Companhia afetados pelo risco de mercado incluem caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliário estão sujeitos basicamente aos riscos de taxa de juros.

i. Risco de variação de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros. A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos e mantém o planejamento de liquidez corrente, com o objetivo de manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez. O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

31/12/2025					
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	Acima de 3 anos
Passivos financeiros					
Fornecedores	2.776	2.776	2.776	-	-
Outras contas a pagar	108	108	108	-	-
Dividendos a pagar	39	39	39	-	-
Total	2.923	2.923	2.923	-	-

22. Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Companhia possui certos riscos de demanda e processos em andamento de natureza nas esferas judicial e administrativa que são considerados pela Administração e seus assessores jurídicos com a probabilidade de perda possível, conforme tabela a seguir:

	31/12/2025
Trabalhistas	16
Total	16

23. Cobertura de seguros

A Companhia possui seguros, cuja cobertura contratada é considerada pela Administração suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As coberturas de seguros são:

Garantia	Local (UF)	Importância segurada	Vigência
Responsabilidade Civil Geral Amplo (Ocorrência)	SP	5.000	12/09/2025 A 12/09/2026
Seguro Garantia - Setor Público	SP	146.654	16/05/2025 A 16/05/2026
Danos a Edificações, instalações, maquinismo, móveis, matéria prima, etc, própria e/ou terceiros	SP	131.196	12/09/2025 A 12/09/2026

24. Eventos subsequentes

A Administração avaliou os eventos ocorridos após 31 de dezembro de 2025 até a data de autorização para emissão desta demonstração financeira e não identificou eventos subsequentes que requeressem ajustes ou divulgações adicionais.
